

ACESSIBILIDADE DA LINGUAGEM JURÍDICA

Greice Kelen Magalhães Pereira¹

Resumo: O presente trabalho procura apresentar a problemática da linguagem jurídica, abordando a dificuldade da relação entre população e jurisdição por meio da linguagem. Destacando os jargões jurídicos que criam verdadeiros enigmas na compreensão das normas jurídicas pela a sociedade como um todo, criando um abismo entre a população e o direito. A ciência jurídica é sinônimo de poder, mas apenas as pessoas com alto solucionar os conflitos e separar as classes sociais, estabelecendo uma barreira social. Atualmente, com um avanço cultural, globalização e principalmente a constituição de 1988, o direito passou a fazer parte da vida da sociedade, o termo “cidadania” foi apresentado e independente da classe social os direitos e deveres foram estabelecidos para a sociedade em forma geral, vivemos em um elo jurídico, o direito está presente em todas as relações e deve ter uma linguagem acessível para toda a população.

Palavras-Chave: Acessibilidade, Linguagem jurídica, jargão, formalidade.

INTRODUÇÃO

O tema do presente artigo se insere na observação da linguagem jurídica e sua acessibilidade social. O objeto de estudo será o gênero textual sentença, que Alfredo Rocco conceitua como “ato pelo qual o estado, por meio do órgão da jurisdição a isso destinado (juiz), aplicando a norma ao caso concreto, decide qual a tutela jurídica, o direito objetivo concernente a um determinado interesse” (LA SENTENZA CIVILE, nº. 12, p. 28. – apud Marcato Antonio Carlos. Procedimento Ordinário, p.100.). Esse objeto foi escolhido pelo fato de a sentença apresentar o pronunciamento final do juiz referente do que está sendo debatido entre as partes, sendo de total interesse dos envolvidos.

O objetivo geral do trabalho é evidenciar as características da linguagem jurídica que a tornam restrita para apenas um grupo de pessoas, a qual monopoliza o conhecimento jurídico e conserva uma linguagem de difícil acesso ao social.

Como percurso metodológico, será observado inicialmente à formação histórica da linguagem do direito, configuração de manifestação de poder e hierarquia. Será

¹ Aluna da graduação da Universidade de Brasília do curso letras português

colocada a formação da justiça no Brasil, consagrada a partir de 1530, com Martim Afonso de Souza. Posteriormente, analisaremos o “juridiquês”, no *corpus*, entendendo-o como uma linguagem exacerbada de jargões, utilizada entre os operadores do direito. Por fim, será proposto um modelo de linguagem mais acessível, para que o âmbito jurídico também seja compreensível ao leigo, parte interessada no processo. A linguagem é o pilar do direito, pois é por meio dela que há a manifestação dos interesses. O mundo jurídico tem como principal instrumento de labor a linguagem.

O procedimento metodológico é a apreciação de sentenças recolhidas de processos instaurados nos tribunais de justiça do Brasil, em âmbito de primeira instância.

História do Direito no Brasil

Para melhor compreensão do estudo, é interessante o breve entendimento da história jurídica do nosso país, descrevendo os pontos mais marcantes da nossa história para posteriormente analisarmos a construção dos cursos jurídicos no Brasil.

A história do direito no Brasil se instaura com a chegada dos portugueses e o estabelecimento de leis metropolitanas, as leis de caráter geral para o império e as leis especiais promulgadas unicamente para o Brasil.

As primeiras normas jurídicas feitas para o Brasil foram os regimentos dos Governadores Gerais, dos Ouvidores Gerais e dos Provedores, consagrando o começo da estrutura administrativa, marcada principalmente na era das Capitânicas Hereditárias.

Com a Independência do Brasil, deixamos de importar as leis lusitanas e passamos a produzir o nosso próprio sistema jurídico. Com os interesses mercantis, diversas revoltas e incentivos para abolição da escravatura surgiram a pressão para a Proclamação da República e para a criação da constituição de 1891, consagrando o direito à liberdade.

A constituição de 1934 proporcionou o voto feminino e possibilitou uma abrangência ao direito de votar, porém, excluindo, ainda assim, a maioria da população, o analfabeto.

Com o Golpe de 64, o poder se restringiu a mão de poucos e ocorreu um retrocesso na democracia brasileira. A indignação da população proporcionou o movimento “Diretas já” e a constituição de 88 foi promulgada, reafirmando e formulando novos direitos sociais.

Realizando uma análise precoce, destaco o fato de a posse do direito sempre estar nas mãos daqueles que detêm o poder. O direito de legislar e ter conhecimento jurídico era limitado, com isso, a formulação da escola jurídica no nosso país não foi diferente. Apenas pessoas da elite tinham acesso ao estudo do direito, inicialmente seu objetivo era a formação política e administrativa nacional.

Os cursos jurídicos de “Ciências Jurídicas e Sociais” foram instaurados em Olinda, posteriormente transferidos para Recife, e em São Paulo, a fim de atender a parte “norte” e “sul” do nosso país. A iniciação do ensino jurídico no Brasil, pelo Parlamento Imperial, teve o foco de criar uma elite administrativa, social e intelectual na região.

O Direito foi concretizado como estudo para poucos, e isso influenciou na construção da linguagem jurídica. Ao longo dos tempos, essa ciência aparece como um fenômeno burocratizado, um instrumento de poder. Portanto, a ciência jurídica foi destinada a atender apenas uma porção restrita da sociedade e isso atingiu até os tempos de hoje, quando a linguagem jurídica só atende às necessidades do profissional do Direito e perde o principal objetivo como instrumento de gestão social. Para Santana, em seu artigo A linguagem jurídica como obstáculo ao acesso à justiça. Uma análise sobre o que é o Direito engajado na dialética social e a consequente desrazão de utilizar a linguagem jurídica como barreira entre a sociedade e o Direito/Justiça.:

A linguagem verbal de advogados, juízes e promotores no Brasil talvez ainda seja um dos últimos laços de identificação com a sociedade colonial. Existe nostalgia nas longas e eruditas construções gramaticais. O bacharel é “treinado” ao longo de sua preparação acadêmica a dominar o jargão e apreender dos textos as ambiguidades de que se valerá mais tarde como ferramenta de trabalho. O culto à forma e ao estilo levou à perda da substância humanística que tanto custaram às ciências jurídicas. Um jovem

advogado facilmente reproduzirá as “regras” de um agravo, mas raramente se lembrará do princípio da instrumentalidade do processo.

O “juridiquês”

O Direito é a ciência que possui como um dos principais instrumentos a linguagem. Utiliza a comunicação e a capacidade de auto expressão para debater os conflitos propostos em juízo. Foi com o aparecimento da Pragmática, parte da Linguística, que o estudo do discurso e, portanto, o da argumentação ou retórica ganhou atenção nas pesquisas sobre a linguagem. Cabe à Pragmática a interação social por meio da língua, através dos argumentos. Ribeiro (2000, p. 90) destaca que não há como pensar o Direito sem a sociedade, assim como não se pode pensar a sociedade sem a linguagem.

A língua é uma “instituição social”, conforme afirma Saussure, e, como instituição social, ela é um sistema organizado de signos que exprimem ideias. Ela possui a função da comunicação, Paveau e Sarfati (2006, p. 124) definem a Função da comunicação como “[...] a tarefa atribuída a um elemento linguístico estrutural (classe, mecanismo) para atingir um objetivo no quadro da comunicação humana.” Por tanto, a mensagem busca desempenhar uma finalidade, proporcionada pela organização da sua estrutura e sua orientação textual. No caso do Direito, a função é atrapalha pelo motivo da comunicação não ser efetivada, pois a mensagem emitida pelo remente não consegue ser compreendida pelo destinatário por conta do “juridiquês”.

Warat (1995, p.38) posiciona a importância da linguagem para o Direito, a partir do Positivismo Lógico, uma vez que esta só pode construir seu objeto por intermédio da própria linguagem, entretanto, acrescenta aos seus estudos questões de ordem pragmática. A linguagem nas suas diversas formas de manifestação é o instrumento de amparo para ciência. Warat (1995, p.52), ao proceder a uma análise do neopositivismo lógico abordando os problemas epistemológicos da linguagem, apresenta uma tipologia das linguagens conforme esta corrente, classificando-as em: naturais ou ordinárias, de estrutura especificada ou técnicas e formais, ressaltando que os dois últimos tipos são

variações gradativas das linguagens artificiais da ciência. A linguagem natural é a utilizada na comunicação geral e a linguagem técnica se presta à construção de linguagens especializadas, é aquela que o sistema de evocações ideológicas e cargas emotivas ficam excluídas. Por mais que os moderadores do Direito sustentem o caráter fechado da língua legal, apenas querendo reproduzir a linguagem técnica, o Positivismo Lógico sustenta que a linguagem da lei não é mais do que uma variedade da linguagem natural, pelo simples motivo de ela cumprir funções políticas e ideológicas.

“Juridiquês” é a linguagem técnica exacerbada empregada pelos profissionais do judiciário, composta por jargões e expressões em latim que prejudicam a compreensão dos destinatários, aqueles que têm interesse no que está sendo debatido, mas não tem um conhecimento jurídico aprofundado para compreender. A linguagem técnica é a comunicação utilizada em várias ciências, inclusive no direito, que engloba conceitos e termos utilizados dentro de uma área de conhecimento, porém a grande problemática do Juridiquês é o exagero dessa linguagem, que prejudica a comunicação e causa um formalismo demasiado.

Valdeciliana da Silva Ramos Andrade, em seu artigo “O juridiquês e a linguagem jurídica: o certo e o errado no discurso” coloca que o “juridiquês” é um desvio da linguagem jurídica e que a causa é “o preciosismo empregado na linguagem jurídica e os problemas que rondam a construção textual na área do direito.”. Andrade: 2009, página 2, conceitua Preciosismo como “um desvio que contempla o uso descomedido de latinismo, de termos ou expressões arcaicas ou mesmo rebuscadas e de neologismos.”.

A linguagem jurídica rebuscada começou a ser observada como um problema, até mesmo pelos magistrados. O ex-ministro Edson Vidigal, do Superior Tribunal de Justiça,

[...] compara o “juridiquês” ao latim em missa, acobertando um mistério que amplia a distância entre a fé e o religioso; do mesmo modo, entre o cidadão e a lei. Ou seja, o uso da linguagem rebuscada, incompreensível para a maioria, seria também uma maneira de demonstração de poder e de manutenção do monopólio do conhecimento. (apud ALVARENGA, 2005).

No Supremo Tribunal de Justiça ocorreu um fato que expressa bem a problemática da linguagem restrita. Uma senhora de idade aguardava com ansiedade o termino de um processo, que em sua resolução decidiria se ela perderia ou não sua casa.

Com o chegar do fim, depois da manifestação do magistrado, a senhora observava com olhar perdido, pois não havia compreendido a pronúncia do juiz e não sabia alegar se tinha ou não perdido sua propriedade, fato narrado pela ministra do Supremo Tribunal de Justiça Nancy Andrighi ao jornal Gazeta, demonstrando seu questionamento referente ao “juridiquês”.

O legislativo, assim como alguns magistrados começaram a se manifestar sobre o dilema, em um artigo publicado no *site* do Senado federal “Termos rebuscados atrapalham a compreensão de sentenças judiciais e textos do Direito” trouxe o tema em debate e destacaram que a Associação de Magistrados Brasileiros (AMB) realizou uma campanha a favor da simplificação da linguagem jurídica. Desde 2005, foram realizados concursos para estudantes e magistrados, palestras com o professor Pasquale Cipro Neto e distribuição de uma cartilha com glossário de expressões jurídicas. A iniciativa foi motivada depois que uma pesquisa do Ibope encomendada pela própria AMB que revelou que a população brasileira se incomodava não só com a lentidão dos processos na Justiça, mas também com a linguagem hermética, prolixa e pedante.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 7.448/06 que prevê a elaboração de sentenças em linguagem simples foi aprovado pela Câmara, porém quando chegou ao Senado Federal, não pôde tramitar porque a Casa havia acabado de aprovar o Anteprojeto do novo Código de Processo Civil, ainda em debate perante o Congresso Nacional.

A sentença e a compreensão popular

Visando o acesso à justiça em seu mais amplo sentido, buscando a melhor compreensão popular nas resoluções do processo, alguns juízes alteraram sua forma de redigir uma sentença judicial com a intenção de facilitar o entendimento da parte interessada, levando em consideração seu nível de conhecimento jurídico e sua classe social.

A linguagem técnica é aplicada, assim como toda ciência ela é necessária, bem como a prática da boa redação. A diferença consiste na forma que ela é apresentada, em

uma esfera simples, abolindo o “juridiquês”. O leigo consegue entender a ideia central da sentença e a cultura e o conhecimento dos interessados são respeitados, é aceitável a utilização de expressões populares para compor o gênero textual e facilitar o acesso.

Magistrado do Rio Grande do Sul, João Batista de Matos Danda, 2015, ao ser relator em um processo na esfera trabalhista ganhou destaque na imprensa por causa de uma decisão judicial determinando a indenização de um pedreiro que sofreu um acidente de trabalho em Alvorada, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Ele aplicou uma linguagem coloquial, levando em consideração o nível de escolaridade do interessado. Trecho da decisão:

Não pode ser uma indenização tão pesada que vire um inferno para seu Itamar pagar; nem muito pouco, porque aí ele paga sem problemas e não se importa se amanhã ou depois outro acidente acontece em sua casa.

Lucas, por sua vez, não pretende ficar rico com a tragédia; mas também o dinheiro tem que fazer alguma diferença na sua vida.

Pensando nisso tudo, considerando a metade de culpa que cada um tem e das condições financeiras dos dois, além das circunstâncias do acidente, fixo a indenização em...

Ele afirma que nem sempre as sentenças devem ser redigidas na forma que foi aplicada, mas destaca a importância de se facilitar a compreensão das decisões judiciais.

Outro modelo de sentença que ganhou destaque e chamou atenção para o debate da linguagem jurídica foi a sentença proferida pelo Juiz Gerivaldo Alves Neiva, em 2005, a favor de José de Gregório Pinto, carpinteiro.

Vou direto ao assunto.

O marceneiro José de Gregório Pinto, certamente pensando em facilitar o contato com sua clientela, rendeu-se à propaganda da Loja Insinuante de Coité e comprou um telefone celular, em 19 de abril de 2005, por suados cento e setenta e quatro reais.

Leigo no assunto, é certo que não fez opção por fabricante. Escolheu pelo mais barato ou, quem sabe até, pelo mais bonitinho: o tal Siemens A52. Uma beleza!

Com certeza foi difícil domar os dedos grossos e calejados de marceneiro com a sensibilidade e recursos do seu Siemens A52, mas o certo é que utilizou o aparelhinho até o mês de junho do corrente ano e, possivelmente, contratou muitos serviços. Uma maravilha!

Para sua surpresa, diferente das boas ferramentas que utiliza em seu escritório, em 21 de junho, o aparelho deixou de funcionar. Que tristeza: seu novo instrumento de trabalho só durou dois meses. E olha que foi adquirido legalmente nas Lojas Insinuante e fabricado pela poderosa Siemens.....Não é coisa de segunda-mão, não! Consertado, dias depois não prestou mais... Não se faz mais conserto como antigamente!

Primeiro tentou fazer um acordo, mas não quiseram os contrários, pedindo que o caso fosse ao Juiz de Direito.

Caixinha de papelão na mão, indicando que se tratava de um telefone celular, entrou seu Gregório na sala de audiência e apresentou o aparelho ao Juiz: novinho, novinho e não funciona. De fato, o Juiz observou o aparelho e viu que não tinha um arranhão.

Seu José Gregório, marceneiro que é, fabrica e conserta de tudo que é móvel. A Starcell, assistência técnica especializada e indicada pela Insinuante, para surpresa sua, respondeu que o caso não era com ela e que se tratava de “placa oxidada na região do teclado, próximo ao conector de carga e microprocessador.” Seu Gregório: o que é isto? Quem garante? O próprio que diz o defeito diz que não tem conserto....

Para aumentar sua angústia, a Siemens disse que seu caso não tinha solução neste Juizado por motivo da “incompetência material absoluta do Juizado Especial Cível – Necessidade de prova técnica.” Seu Gregório: o que é isto? Ou o telefone funciona ou não funciona! Basta apertar o botão de ligar. Não acendeu, não funciona. Prá que prova técnica melhor?

Disse mais a Siemens: “o vício causado por oxidação decorre do mau uso do produto.” Seu Gregório: ora, o telefone é novinho e foi usado apenas para falar. Para outros usos, tenho outras ferramentas. Como pode um telefone comprado na Insinuante apresentar defeito sem solução depois de dois meses de uso? Certamente não foi usado material de primeira. Um artesão sabe bem disso.

O que também não pode entender um marceneiro é como pode a Siemens contratar um escritório de advocacia de São Paulo, por pouco dinheiro não foi, para dizer ao Juiz do Juizado de Coité, no interior da Bahia, que não vai pagar um telefone que custou cento e setenta e quatro reais? É, quem pode, pode! O advogado gastou dez folhas de papel de boa qualidade para que o Juiz dissesse que o caso não era do Juizado ou que a culpa não era de seu cliente! Botando tudo na conta, com certeza gastou muito mais que cento e setenta e quatro para dizer que não pagava cento e setenta e quatro reais! Que absurdo!

A loja Insinuante, uma das maiores e mais famosas da Bahia, também apresentou escrito de advogado, gastando sete folhas de papel, dizendo que o caso não era com ela por motivo de “legitimatio ad causam”, também por motivo do “vício redibitório e da ultrapassagem do lapso temporal de 30 dias” e que o pobre do seu Gregório não fez prova e então “allegatio et non probatio quasi non allegatio.”

E agora seu Gregório?

Doutor Juiz, disse Seu Gregório, a minha prova é o telefone que passo às suas mãos! Comprei, paguei, usei poucos dias, está novinho e não funciona mais! Pode ligar o aparelho que não acende nada! Aliás, Doutor, não quero mais saber de telefone celular, quero apenas meu dinheiro de volta e pronto!

Diz a Lei que no Juizado não precisa advogado para causas como esta. Não entende seu Gregório porque tanta confusão e tanto palavreado difícil por causa de um celular de cento e setenta e quatro reais, se às vezes a própria Insinuante faz propaganda do tipo: “leve dois e pague um!” Não se importou muito seu Gregório com a situação: um marceneiro não dá valor ao que não entende! Se não teve solução na amizade, Justiça é para isso mesmo!

Está certo Seu Gregório: O Juizado Especial Cível serve exatamente para resolver problemas como o seu. Não é o caso de prova técnica: o telefone foi apresentado ainda na caixa, sem um pequeno arranhão e não funciona. Isto é o bastante! Também não pode dizer que Seu Gregório não tomou a providência correta, pois procurou a loja e encaminhou o telefone à assistência técnica. Alegou e provou!

Além de tudo, não fizeram prova de que o telefone funciona ou de que Seu Gregório tivesse usado o aparelho como ferramenta de sua marcenaria. Se é feito para falar, tem que falar!

Pois é Seu Gregório, o senhor tem razão e a Justiça vai mandar, como de fato está mandando, a Loja Insinuante lhe devolver o dinheiro com juros legais e correção monetária, pois não cumpriu com sua obrigação de bom vendedor. Também, Seu Gregório, para que o Senhor não se desanime com as facilidades dos tempos modernos, continue falando com seus clientes e porque sofreu tantos dissabores com seu celular, a Justiça vai mandar, como de fato está mandando, que a fábrica Siemens lhe entregue, no prazo de 10 dias, outro aparelho igualzinho ao seu. Novo e funcionando!

Se não cumprirem com a ordem do Juiz, vão pagar uma multa de cem reais por dia!

Por fm, Seu Gregório, a Justiça vai dizer a assistência técnica, como de fato está dizendo, que seu papel é consertar com competência os aparelhos que apresentarem defeito e que, por enquanto, não lhe deve nada.

À Justiça ninguém vai pagar nada. Sua obrigação é fazer Justiça!

A Secretaria vai mandar uma cópia para todos. Como não temos Jornal próprio para publicar, mande pelo correio ou por Oficial de Justiça.

Se alguém não ficou satisfeito e quiser recorrer, fique ciente que agora a Justiça vai cobrar.

Depois de tudo cumprido, pode a Secretaria guardar bem guardado o processo!

Por último, Seu Gregório, os Doutores advogados vão dizer que o Juiz decidiu “extra petita”, quer dizer, mais do que o Senhor pediu e também que a decisão não preenche os requisitos legais. Não se incomode. Na verdade, para ser mais justa, deveria também condenar na indenização pelo dano

moral, quer dizer, a vergonha que o senhor sentiu, e no lucro cessante, quer dizer, pagar o que o Senhor deixou de ganhar.

No mais, é uma sentença para ser lida e entendida por um marceneiro.

Como observado, o juiz utilizou dos termos jurídicos, mas os tornou acessíveis para a compreensão do carpinteiro e ao fim do seu pronunciamento ressaltou a importância do entendimento do interessado, pois a justiça deve ser acessível a todos.

Considerações Finais

O Direito está presente no cotidiano social e é a ciência humana que estuda as normas jurídicas que envolvem as relações dos indivíduos, e sua principal ferramenta é a linguagem.

A comunicação utilizando termos rebuscados de domínio restrito é caracterizado por um preceito histórico, no qual apenas pessoas com poder aquisitivo teriam condições para estudar e ser os mediadores dos conflitos sociais. Com a evolução dos tempos e os ganhos dos direitos e garantias estabelecidos na constituição, o Direito acabou fazendo ainda mais parte da vida das pessoas.

A Linguagem é uma das maiores problemáticas dessa ciência, pois há uma demasia de termos técnicos, expressões latinas e jargões que chegam a fugir da linguagem técnica, que é natural em qualquer área de conhecimento. O “Juridiquês” prejudica a compreensão daqueles que necessitam do Direito e são leigos no entendimento jurídico.

Alguns operadores do Direito e do Legislativo já identificaram a questão e começaram a se manifestar sobre o assunto, trazendo a debate o dilema para academia e sociedade. A sentença que é a manifestação do juiz sobre o mérito da causa e é de total interesse das partes, que muitas vezes são leigas do âmbito jurídico, necessita de uma linguagem mais simplória para ser compreendida.

Por tanto, é de total importância a contestação referente a linguagem aplicada no meio jurídico e de os operadores do direito levarem em consideração as partes que estão

interessadas nos autos do processo, utilizando assim, de uma palavreado mais acessível para todos.

Referência Bibliográfica

ANDRADE, Valdeciliana da S. Ramos (org.). *Linguagem Jurídica: um estudo do discurso forense*. Vitória: [s.n.], 2008.

ANDRADE, Valdeciliana da S. Ramos. *O Jurídiquês e a Linguagem Jurídica: o certo e o errado no discurso*. Disponível em: < <http://www.amatra17.org.br>>. Acesso em 24 de março. 2015.

SANTANA, Samene Batista Pereira. *A linguagem jurídica como obstáculo ao acesso à justiça*. Uma análise sobre o que é o Direito engajado na dialética social e a consequente desrazão de utilizar a linguagem jurídica como barreira entre a sociedade e o Direito/Justiça.. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 105, out 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12316&revista_caderno=24>. Acesso em jul 2015.

ANDRADE, Valdeciliana da Silva Ramos e Bussinger, Marcela de Azevedo. *A Linguagem Jurídica como estratégia de Acesso à Justiça: Uma análise do processo de interação lingüística entre o magistrado e as partes*. Panóptica, ano 1, n.1,2006.

BRASIL. Código Civil (2002). *Vade Mecum Acadêmico de Direito*. São Paulo: Rideel, 2015.

LA SENTENZA CIVILE, nº. 12, p. 28. Marcato Antonio Carlos. Procedimento Ordinário, p.100.

AGUIAR, Renan; MACIEL, José Fábio Rodrigues. *História do Direito*. (Coleção Roteiros Jurídicos). São Paulo: Saraiva, 2007.

PEDROSA, Ronaldo Leite. *Direito em História*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

PAVEAU, M.-A.; SARFATI, G.-E. *As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática*. São Carlos: Claraluz, 2006.

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. 23.ed. São Paulo: Cultrix, 2008

RIBEIRO, Ormezinda. M. "Direito e Lingüística: uma relação de complementaridade" Revista Jurídica Unijus. v. 3, n. 1, nov. 2000, p. 81-91.

